

A Reforma do Ensino Médio no Brasil como estratégia de controle: Da BNCC às plataformas digitais

Ellen Felício dos Santos ¹

Amaikow Orí Njila Barbosa Barros²

¹ Faculdade de Filosofia e Ciência, UNESP, campus de Marília

Programa de Pós-Graduação em Educação

Financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

e-mail: ellen.felicio@unesp.br

² Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, campus de Marília

Programa de Pós-Graduação em Educação

Financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

E-mail: amaikow.njila@unesp.br

Eixo Temático: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais

Palavras-chave: BNCC. Reforma do Ensino Médio. Plataformização.

INTRODUÇÃO

A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) a partir da Medida Provisória nº 746/2016 (Brasil, 2016), constitui uma das mudanças mais significativas promovidas na educação básica brasileira nas últimas décadas. Apresentada oficialmente como uma proposta de modernização curricular, suas modificações ultrapassam essa dimensão, alcançando a formação docente, os materiais pedagógicos, os processos avaliativos, as formas de gestão escolar e a relação entre o Estado e os agentes privados na condução das políticas educacionais.

Compreendendo a Reforma como parte de um processo histórico mais amplo de reconfiguração dos sistemas educacionais, marcado pela mundialização da educação, orientada pela flexibilização curricular, pelo desenvolvimento de competências e habilidades, por avaliações em larga escala e pela aproximação entre educação e demandas do mercado de trabalho, apresentamos a origem, os fundamentos e o processo de implantação da Reforma, examinando suas principais mudanças e seus desdobramentos sobre o currículo, o trabalho docente, a gestão escolar e a ampliação da participação de atores privados na educação pública.

METODOLOGIA

Nosso estudo está fundamentado no materialismo histórico-dialético, compreendendo as políticas educacionais como expressões das relações sociais historicamente constituídas e das disputas entre diferentes projetos de educação e sociedade. Por meio das pesquisas bibliográfica e documental, consideramos produções acadêmicas sobre a Reforma do Ensino Médio e a implantação da BNCC, bem como documentos oficiais que a estruturaram e normativas complementares elaboradas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação. Para o recorte que constitui esse resumo utilizamos especificamente Brasil (2016; 2017; 2018), Cássio e Goulart (2022), Ferretti (2018), Santos e Dal Ri (2025) e Zanatta *et al.* (2019).

ANÁLISE PARCIAL OU FINAL DOS RESULTADOS OBTIDOS

A Reforma do Ensino Médio no Brasil, integra um processo mais amplo de reestruturação das políticas educacionais iniciado na década de 1990 sob forte influência de organismos multilaterais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que difundiram uma concepção de educação orientada pelo desenvolvimento de competências, flexibilização curricular, avaliação por resultados e formação de trabalhadores capazes de adaptar-se às exigências da economia contemporânea (Santos; Dal Ri, 2025).

No Brasil, tais orientações ganharam força após o golpe que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, quando a reforma foi instituída por meio da Medida Provisória nº 746/2016 e, posteriormente, foi convertida na Lei 13.415, em um processo amplamente criticado pela ausência de debate democrático e pela resistência de pesquisadores, entidades educacionais e movimentos estudantis (Ferretti, 2018; Zanatta *et al.*, 2019).

Embora apresentada oficialmente como uma reforma curricular destinada a tornar o Ensino Médio mais atrativo, suas alterações assumiram caráter estrutural. A ampliação da carga horária foi acompanhada da redução da Formação Geral Básica e da criação de uma parte flexível do currículo organizada em itinerários formativos, redefinindo a concepção de formação escolar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) tornou-se o principal eixo organizador dessa nova arquitetura curricular, fundamentada no

desenvolvimento de competências e habilidades, e paralelamente, passou a orientar a formação inicial e continuada de professores, a elaboração de materiais didáticos, os processos de avaliação e os currículos estaduais, consolidando um modelo de regulação curricular baseado em resultados mensuráveis (Cássio; Goulart, 2022).

Apesar de a Reforma ser nacional, sua implementação ocorreu de forma descentralizada, cabendo aos estados reorganizar seus currículos e definir os itinerários formativos. Nesse processo, ampliou-se significativamente a participação de fundações empresariais, organizações privadas e empresas de tecnologia educacional, responsáveis pela produção de materiais didáticos, formação docente, consultorias e plataformas digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos um esboço sobre as modificações ocorridas a partir da Reforma do Ensino Médio, apontando que ela integra um movimento mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais. Sua implementação favoreceu a ampliação das parcerias com o setor privado que passou a atuar na elaboração de currículos, na formação de professores, na produção de materiais didáticos e na oferta de plataformas digitais.

A centralidade conferida à BNCC e à organização do currículo por competências criou condições para a expansão desses sistemas tecnológicos, que passaram a estruturar o planejamento pedagógico, registrar o desempenho dos estudantes, produzir indicadores e intensificar o monitoramento do trabalho docente e da gestão escolar, criando as condições institucionais, curriculares e normativas para a intensificação dos processos de privatização e plataformização da educação pública brasileira.

Esse processo rapidamente se configurou como controle e vigilância escolar, degradando as relações de confiança nas escolas e prejudicando os processos educativos, instaurando um clima de competitividade, frustração, ansiedade e medo em ambientes que deveriam favorecer aprendizagens e processos formativos mais complexos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, maio/ago. 2022.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25–42, 2018.

SANTOS, Ellen Felício dos; DAL RI, Neusa Maria. Reflexões sobre o processo de privatização da educação pública no Brasil. In: MARTINS, Tânia Barbosa; SABIA, Cláudia Pereira de Pádua (org.). *O desmonte da educação pública: contrarreformas empresariais*. Marília: Lutas Anticapital, 2025. p. 77-92.

ZANATTA, Shalimar Calegari; BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; NEVES, Marcos Cesar Danhoni. Uma análise sobre a Reforma do Ensino Médio e a implantação da Base Nacional Comum curricular no contexto das políticas neoliberais. *Revista e-Curriculum*, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 1711–1738, 2019.